

7/25/2018

Contratualização do serviço público de transportes

AMT revela que “ajuste direto, de forma generalizada” não é possível

As autoridades de transportes vão ter de avançar com concursos públicos para contratualizar serviços públicos de transportes de passageiros e não poderão recorrer à figura jurídica do “ajuste direto” de “forma generalizada” para adjudicar esses mesmos serviços. A AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, emitiu um comunicado onde afirma que *“não é aceitável a generalização do regime do ajuste direto, o qual é, por natureza, excecional”*.

Em declarações à Transportes em Revista, o presidente da AMT, João Carvalho, salienta que **«tem sido afirmado publicamente que, no âmbito do processo de contratualização do serviço público do transporte de passageiros, é possível recorrer, de forma generalizada, à figura do “ajuste direto” para atribuição desses serviços, pelas autoridades de transportes. Ora, de acordo com a legislação nacional e europeia aplicável, tal não é possível. De facto, todos os Estados-membro da União Europeia estão vinculados ao regime geral de submissão à concorrência destes serviços, salvo situações muito excecionais – que devem ser sempre fundamentados – como seja o caso dos operadores internos»**. Segundo João Carvalho, **«dos vários contactos e interações que a AMT tem mantido com as autoridades de transportes locais constata-se que, de um modo consistente, as mesmas se encontram a trabalhar no processo de preparação dos concursos públicos para cumprir as imposições legais. Nesse sentido, a AMT recomenda que as autoridades de transportes continuem a desenvolver as diligências nesse sentido»**.

Operadores privados dizem que “concurso público não é o único cenário de contratualização” e que o ajuste direto é a melhor opção.

Num artigo a ser publicado na edição 184 da Transportes em Revista, o presidente da ANTROP – Associação Nacional de Transportadores Rodoviários de Pesados de Passageiros, Luís Cabaço Martins, afirma que *“têm-nos chegado um conjunto de reservas, preocupações e dificuldades relacionadas com a concretização do processo de contratualização. Efetivamente, existem muitos riscos sociais, laborais e empresariais (e riscos sérios!) nos diversos territórios, situação que poderá acarretar também encargos públicos significativos para as autoridades de transportes, as quais atualmente não têm qualquer encargo relativo à prestação do serviço público de transportes”*. Cabaço Martins realça que *“tais dificuldades decorrem, em primeiro lugar, do facto de não estarem reunidos os pressupostos para a contratualização”* e que *“há um conjunto de necessidades, prévias ao lançamento dos concursos públicos, que ainda não se verificaram”*. O presidente da

ANTROP salienta, que *“porém, estas dificuldades, estes riscos, só se verificam, só se concretizam se o procedimento escolhido pela autoridade de transporte for o do concurso público. E a boa notícia é que o concurso público não é o único cenário de contratualização legalmente possível no quadro do Regulamento 1370/2007 e do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros! E eu acrescentaria, nem o mais adequado a curto prazo”*.

Luís Cabaço Martins revela que a partir de 3 de dezembro de 2019, as autoridades de transportes podem continuar a adjudicar tais serviços por ajuste direto, sem limitação temporal, aos operadores desde que *“não lhes atribuam direitos exclusivos, não procedam ao pagamento de compensações financeiras e da adjudicação em causa não resulte despesa pública para as mesmas”*. Por outro lado, adianta que *“a grande vantagem da opção de contratualização por ajuste direto até ao prazo legalmente admitido, para além da eliminação dos riscos atrás apontados (jurídicos, económicos, técnicos, operacionais e sociais, que não se verificam porque se elimina o risco da mudança de operador de transporte), é a de, com isso, permitir à autoridade de transportes reunir as condições para lançamento em momento posterior de concurso público, e, não menos importante, testar e ajustar o modelo que melhor sirva o interesse público”*.

“Ajuste direto” apenas pode ser aplicado em regime excecional, salienta a AMT

Ora, entendimento diferente tem a AMT sobre o processo de “ajuste direto”. A autoridade confirma, em comunicado, que o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros estabelece no artigo 19º. a possibilidade de adjudicação por “ajuste direto”, e enumera as várias situações passíveis que podem levar as autoridades a optar por esta figura. Mas, refere que *“a possibilidade de recurso excecional a um ajuste direto, motivado por alegada falta de condições objetivas de promover um procedimento do tipo concursal para assegurar a contratualização do serviço público do transporte de passageiros depende da verificação prévia, por parte das autoridades de transportes de requisitos específicos previstos na lei quando, onde e caso se verifique que devem ser demonstrados”*.

A AMT adianta que nesta data não é possível admitir *“que alegadas insuficiências genéricas na regulamentação - quanto a matérias que à partida podem ser acolhidos em peças procedimentais - ou alegada inexperiência e falta de capacitação das autoridades de transportes sirvam, por motivos de urgência imperiosa, de fundamentação à antecipação do recurso ao ajuste direto, por critérios materiais. A adoção do ajuste direto por “critérios materiais” (maxime “urgência imperiosa”) apresenta um carácter excecional e terá sempre que ser justificada face ao caso concreto, nomeadamente no que se refere à não imputabilidade, às entidades adjudicantes, das circunstâncias invocadas”*.

Para ler na íntegra o comunicado da AMT, **CLIQUE AQUI**

Por: Pedro Pereira

Fonte: